

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

Revisão de Tomaz Tadeu da Silva a partir do original inglês (SCOTT, J. W.. *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1988. PP. 28-50.), de artigo originalmente publicado em: *Educação & Realidade*, vol. 15, nº 2, jul./dez. 1990. Tradução da versão francesa (*Les Cahiers du Griff*, nº 37/38. Paris: Editions Tierce, 1988.) por Guacira Lopes Louro.

Primeira versão americana:

SCOTT, J. W.. “Gender: A Useful Category of Historical Analysis”. *The American Historical Review*, vol. 91, nº 5. (Dec., 1986), pp. 1053-1075.

Original inglês disponível em JSTOR:

<http://www.jstor.org/stable/1864376>

Versão portuguesa disponível em:

http://www.archive.org/details/scott_gender



20(2):71-99
jul./dez. 1995

GÊNERO: UMA CATEGORIA ÚTIL DE ANÁLISE HISTÓRICA*

Joan Scott

“Gênero (gender), s., apenas um termo gramatical. Seu uso para falar de pessoas ou criaturas do gênero masculino ou feminino, com o significado de sexo masculino ou feminino, constitui uma brincadeira (permissível ou não, dependendo do contexto) ou um equívoco” (Fowler, Dictionary of Modern English Usage, Oxford 1940).

Aquelas pessoas que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as idéias e as coisas que elas pretendem significar, têm uma história. Nem os professores de Oxford nem a Academia francesa têm sido plenamente capazes de represar, de aprisionar e fixar o significado, de uma forma que seja independente do jogo da invenção e da imaginação humanas. Mary Wortley Montagu juntou mordacidade à sua irônica denúncia do “belo sexo” (“meu único consolo de pertencer a este gênero

* O presente artigo constitui uma versão consideravelmente revisada (com consulta ao original em inglês) daquele publicado em *Educação & Realidade*, v.15, n.2, jul./dez. 1990, traduzido da versão em francês.

tem sido a certeza de nunca ter sido casada com uma delas”), ao fazer um uso deliberadamente errôneo da referência gramatical.¹ Através dos séculos, as pessoas utilizaram de modo figurado os termos gramaticais para evocar os traços de caráter ou os traços sexuais. Por exemplo, a utilização proposta pelo *Dictionary de la langue française* de 1876, é: “On ne sait de quel genre il est, s’il est mâle ou femelle, se dit d’un homme très caché, dont on ne connaît pas les sentiments.” (Não se sabe de que gênero ele é, se ele é macho ou fêmea, diz-se de um homem muito dissimulado, do qual não se conhecem os sentimentos)² E Gladstone fazia esta distinção em 1878: “Atenas não tinha nada do sexo além do gênero, nada da mulher além da forma”.³ Mais recentemente — demasiado recente para que pudesse entrar nos dicionários ou na *Encyclopedia of Social Sciences* — as feministas começaram a utilizar a palavra “gênero” mais seriamente, num sentido mais literal, como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos. A referência à gramática é ao mesmo tempo explícita e plena de possibilidades não-examinadas.

Explícita, porque o uso gramatical envolve regras formais que resultam da atribuição do masculino ou do feminino; plena de possibilidades não-examinadas, porque em muitas línguas indo-européias há uma terceira categoria — o sem sexo ou o neutro. Na gramática, o gênero é compreendido como uma forma de classificar fenômenos, **um sistema socialmente consensual de distinções e não uma descrição objetiva de traços inerentes.** Além disso, as classificações sugerem uma relação entre categorias que torna possíveis distinções ou agrupamentos separados.

Na sua utilização mais recente, o termo “gênero” parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam **ênfatisar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”.** O termo “gênero” enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos sobre mulheres se centrava nas mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico. Segundo esta visão, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado. Assim, Natalie Davis afirmava, em 1975: “Penso que deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens como das mulheres, e que não deveríamos tratar somente do sexo sujeitado, assim como um historiador de classe não pode fixar seu olhar apenas sobre os camponeses. Nosso objetivo é compreender a importância *dos sexos*, isto é, dos grupos de gênero no passado histórico. **Nosso objetivo é descobrir o leque de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la**”.⁴

Além disso, o que é talvez mais importante, “gênero” era um termo proposto por aquelas que sustentavam que a pesquisa sobre as mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas disciplinares. As pesquisadoras feministas assinalaram desde o início que o estudo das mulheres não acrescentaria somente novos temas, mas que iria igualmente impor um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente. “Nós estamos aprendendo”, escreviam três historiadoras feministas “que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas. Não é demais dizer que ainda que as tentativas iniciais tenham sido hesitantes, uma tal metodologia implica não somente uma nova história de mulheres mas também uma nova história”.⁵ A maneira pela qual esta nova história iria, por sua vez, incluir a experiência das mulheres e dela dar conta dependia da medida na qual o gênero podia ser desenvolvido como uma categoria de análise. Aqui as analogias com a classe e com a raça eram explícitas, de fato as pesquisadoras feministas que tinham uma visão política mais global, invocavam regularmente as três categorias como cruciais para a escrita de uma nova história.⁶ O interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero assinalava, em primeiro lugar, o envolvimento do/a pesquisador/a com uma história que incluía as narrativas dos/as oprimidos/as e uma análise do sentido e da natureza de sua opressão e, em segundo lugar, uma compreensão de que as desigualdades de poder estão organizadas ao longo de, no mínimo, três eixos.

A litania “classe, raça e gênero” sugere uma paridade entre os três termos mas, na verdade, eles não têm um estatuto equivalente. Enquanto a categoria “classe” tem seu fundamento na elaborada teoria de Marx (e seus desenvolvimentos posteriores) sobre a determinação econômica e a mudança histórica, “raça” e “gênero” não carregam associações semelhantes. É verdade que não existe nenhuma unanimidade entre aqueles/as que utilizam o conceito de classe. Alguns/mas pesquisadores/as se servem de noções weberianas, outros utilizam a classe como um dispositivo heurístico temporário. Entretanto, quando invocamos a classe, trabalhamos com ou contra uma série de definições que, no caso do marxismo, implicam uma idéia de causalidade econômica e uma visão do caminho ao longo do qual a história avançou dialeticamente. Não existe nenhuma clareza ou coerência desse tipo para a categoria de raça ou para a de gênero. No caso do gênero, seu uso implicou uma ampla gama tanto de posições teóricas quanto de simples referências descritivas às relações entre os sexos.

Os/as historiadores/as feministas que, como a maioria dos/as historiadores/as são treinados/as para estarem mais à vontade com a descrição do que com a teoria, têm, entretanto, procurado, cada vez mais, encontrar formulações teóricas utilizáveis. Eles/elas têm feito isto ao menos por duas razões. Em primeiro lugar, porque a proliferação de estudos de caso, na história das mulheres, parece exigir

uma perspectiva sintética que possa explicar as continuidades e descontinuidades e dar conta das persistentes desigualdades, assim como de experiências sociais radicalmente diferentes. Em segundo lugar, porque a discrepância entre a alta qualidade dos trabalhos recentes de história das mulheres e seu *status* marginal em relação ao conjunto da disciplina (que pode ser avaliado pelos manuais, programas universitários e monografias) mostram os limites de abordagens descritivas que não questionam os conceitos disciplinares dominantes ou, ao menos, que não problematizam esses conceitos de modo a abalar seu poder e, talvez, a transformá-los. Para os/as historiadores/as das mulheres, não tem sido suficiente provar que as mulheres tiveram uma história, ou que as mulheres participaram das principais revoltas políticas da civilização ocidental. A reação da maioria dos/as historiadores/as não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres e, em seguida, seu confinamento ou relegação a um domínio separado (“as mulheres tiveram uma história separada da dos homens, em consequência deixemos as feministas fazer a história das mulheres que não nos diz respeito”; ou “a história das mulheres diz respeito ao sexo e à família e deve ser feita separadamente da história política e econômica”). No que se refere à participação das mulheres na história, a reação foi, na melhor das hipóteses, um interesse mínimo (“minha compreensão da Revolução Francesa não muda por saber que as mulheres dela participaram”). O desafio colocado por essas reações é, em última análise, um desafio teórico. Isso exige uma análise não apenas da relação entre a experiência masculina e a experiência feminina no passado, mas também da conexão entre a história passada e a prática histórica presentes. Como o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como o gênero dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico? As respostas a essas questões dependem de uma discussão do gênero como categoria analítica.

I

Na sua maioria, as tentativas dos/as historiadores/as para teorizar o gênero permaneceram presas aos quadros de referência tradicionais das ciências sociais, utilizando formulações há muito estabelecidas e baseadas em explicações causais universais. Estas teorias tiveram, no melhor dos casos, um caráter limitado, porque elas têm tendência a incluir generalizações redutivas ou demasiadamente simples, que se opõem não apenas à compreensão que a história como disciplina tem sobre a complexidade do processo de causação social, mas também aos compromissos feministas com análises que levem à mudança. Um exame crítico destas teorias exporá seus limites e permitirá propor uma abordagem alternativa.

As abordagens utilizadas pela maioria dos/as historiadores/as se dividem em duas categorias distintas. A primeira é essencialmente descritiva; quer dizer, ela se refere à existência de fenômenos ou de realidades, sem interpretar, explicar

ou atribuir uma causalidade. O segundo uso é de ordem causal e teoriza sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando compreender como e porque eles tomam as formas que têm.

Na sua utilização recente mais simples, “gênero” é sinônimo de “mulheres”. Os livros e artigos de todos os tipos que tinham como tema a história das mulheres substituíram, nos últimos anos, nos seus títulos o termo “mulheres” por “gênero”. Em alguns casos, mesmo que essa utilização se refira vagamente a certos conceitos analíticos, ela visa, de fato, obter o reconhecimento político deste campo de pesquisas. Nessas circunstâncias, o uso do termo “gênero” visa sugerir a erudição e a seriedade de um trabalho, pois “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres”. “Gênero” parece se ajustar à terminologia científica das ciências sociais, dissociando-se, assim, da política (supostamente ruidosa) do feminismo. Nessa utilização, o termo “gênero” não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem tampouco designa a parte lesada (e até hoje invisível). Enquanto o termo “história das mulheres” proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo “gênero” inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça. Esse uso do termo “gênero” constitui um dos aspectos daquilo que se poderia chamar de busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas, nos anos 80.

Mas esse é apenas um aspecto. O termo “gênero”, além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino. Esse uso rejeita a validade interpretativa da idéia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Além disso, o termo “gênero” também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para divessas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” — a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.⁷ Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, “gênero” tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens.

Ainda que os/as pesquisadores/as reconheçam a conexão entre sexo e aquilo que os/as sociólogos/as da família chamaram de “papéis sexuais”, esses/as pesquisadores/as não postulam um vínculo simples ou direto entre os dois. O uso de “gênero” enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade.

Esses usos descritivos do termo “gênero” foram empregados pelos/as historiadores/as, na maioria dos casos, para delimitar um novo terreno. À medida que os/as historiadores/as sociais se voltavam para novos objetos de estudo, o gênero tornava relevante temas tais como mulheres, crianças, famílias e ideologias de gênero. Em outras palavras, esse uso de “gênero” refere-se apenas àquelas áreas, tanto estruturais quanto ideológicas, que envolvem as relações entre os sexos. Uma vez que, aparentemente, a guerra, a diplomacia e a alta política não têm a ver explicitamente com essas relações, o gênero parece não se aplicar a estes objetos, continuando, assim, a ser irrelevante para o pensamento dos/as historiadores/as preocupados/as com questões de política e poder. Isto tem como efeito a adesão a uma certa visão funcionalista, fundamentada, em última análise, na biologia e na perpetuação da idéia de esferas separadas na escrita da história (sexualidade ou política, família ou nação, mulheres ou homens). Ainda que, nessa utilização, o termo “gênero” sublinhe o fato de que as relações entre os sexos são sociais, ele nada diz sobre as razões pelas quais essas relações são construídas como são, não diz como elas funcionam ou como elas mudam. No seu uso descritivo, o termo “gênero” é, então, um conceito associado ao estudo de coisas relativas às mulheres. “Gênero” é um novo tema, um novo domínio da pesquisa histórica, mas não tem poder analítico suficiente para questionar (e mudar) os paradigmas históricos existentes.

Alguns/mas historiadores/as estavam, certamente, conscientes deste problema; daí os esforços para empregar teorias que pudessem explicar o conceito de gênero e dar conta da mudança histórica. De fato, o desafio consistia em reconciliar a teoria, que estava concebida em termos universais e gerais, com a história, que estava comprometida com o estudo da especificidade contextual e da mudança fundamental. O resultado foi muito eclético: empréstimos parciais que enfraquecem o poder analítico de uma teoria particular ou, pior, que empregam seus preceitos sem ter consciência de suas implicações; ou tentativas para dar conta da mudança que, por terem como inspiração teorias universais, apenas ilustram temas invariantes; ou, ainda, estudos extremamente imaginativos, nos quais a teoria está, entretanto, tão escondida que esses estudos não podem servir de modelos para outras pesquisas. Uma vez que, com frequência, não se têm explicitado todas as implicações das teorias nas quais os/as historiadores/as têm-se inspirado, vale a pena dedicar-lhes aqui um pouco de tempo. Somente através deste exercício, pode-se avaliar a utilidade dessas teorias e, talvez, começar a formular uma abordagem teórica mais potente.

Os/as historiadores/as feministas têm empregado uma variedade de abordagens na análise do gênero, mas essas podem ser resumidas a três posições teóricas.⁸ A primeira, uma tentativa inteiramente feminista, empenha-se em explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no interior de uma tradição marxista e busca um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas de relação do objeto (*object-relation theories*), se inspira nessas diferentes escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito.

As teóricas do patriarcado têm dirigido sua atenção à subordinação das mulheres e encontrado a explicação dessa subordinação na “necessidade” masculina de dominar as mulheres. Na engenhosa adaptação que Mary O’Brien fez de Hegel, ela definiu a dominação masculina como o efeito do desejo dos homens de transcender sua alienação dos meios de reprodução da espécie. O princípio da continuidade geracional restaura a primazia da paternidade e obscurece o trabalho real e a realidade social do esforço das mulheres no ato de dar à luz. A fonte da libertação das mulheres reside numa “compreensão adequada do processo de reprodução”, numa avaliação das contradições entre a natureza do trabalho reprodutivo das mulheres e a mistificação ideológica (masculina) deste.⁹ Para Sulamith Firestone, a reprodução também era uma “amarga armadilha” para as mulheres. No entanto, na sua análise mais materialista, a libertação viria das transformações na tecnologia da reprodução que poderiam, num futuro não demasiadamente longínquo, eliminar a necessidade dos corpos femininos como agentes da reprodução da espécie.¹⁰

Se a reprodução era a chave do patriarcado para algumas, para outras a resposta se encontrava na própria sexualidade. As fortes formulações de Catherine MacKinnon são-lhe não apenas caracteristicamente próprias, mas também representativas de uma certa abordagem: “A sexualidade está para o feminismo assim como o trabalho está para o marxismo: é aquilo que mais nos pertence e o que todavia nos é mais subtraído”. “A objetificação sexual é o processo primário de sujeição das mulheres. Ela liga o ato com a palavra, a construção com a expressão, a percepção com a efetivação, o mito com a realidade. O homem fode a mulher; sujeito verbo objeto”.¹¹ Continuando sua analogia com Marx, MacKinnon propõe como método de análise feminista não o materialismo dialético mas os grupos de consciência. Ao expressar a experiência partilhada de objetificação, sustentava ela, as mulheres são levadas a compreender sua identidade comum e são conduzidas à ação política. Na análise de MacKinnon, ainda que as relações sexuais sejam definidas como sociais, não há nada — salvo a desigualdade inerente à relação em si mesma — que possa explicar porque o sistema de poder funciona assim. A fonte das relações desiguais entre os sexos está, no fim das contas, nas relações desiguais entre os sexos. Apesar de afirmar que a desigualdade, tendo suas origens na sexualidade, está corpori-

ficada em “todo um sistema de relações sociais”, ela não explica como este sistema funciona.¹²

As teóricas do patriarcado questionaram a desigualdade entre os homens e as mulheres de importantes maneiras mas, para os/as historiadores/as, suas teorias apresentam problemas. Em primeiro lugar, embora proponham uma análise interna ao próprio sistema de gênero, elas também afirmam a primazia deste sistema na organização social considerada em seu conjunto. Mas as teorias do patriarcado não mostram o que a desigualdade de gênero tem a ver com as outras desigualdades. Em segundo lugar, a análise continua baseada na diferença física, quer a dominação tome a forma da apropriação do trabalho reprodutivo da mulher pelo homem quer tome a forma da objetificação sexual das mulheres pelos homens. Qualquer diferença física assume um caráter universal e imutável, mesmo quando as teóricas do patriarcado levam em consideração a existência de mutações nas formas e nos sistemas de desigualdades de gênero.¹³ Uma teoria que se baseia na variável única da diferença física é problemática para os/as historiadores/as: ela pressupõe um significado permanente ou inerente para o corpo humano — fora de uma construção social ou cultural — e, em consequência, a a-historicidade do próprio gênero. Num certo sentido, a história torna-se um epifenômeno, fornecendo variações intermináveis para o mesmo tema imutável de uma desigualdade de gênero vista como fixa.

As/os feministas marxistas têm uma abordagem mais histórica, já que elas/ eles são guiadas/os por uma teoria da história. Mas, sejam quais forem as variações e adaptações, a exigência auto-imposta de que haja uma explicação “material” para o gênero tem limitado ou, ao menos, retardado o desenvolvimento de novas linhas de análise. Tanto no caso em que se propõe uma solução baseada no conceito de sistemas duais (que afirma a existência dos domínios separados, mas em interação, do capitalismo e do patriarcado), quanto no caso de uma análise baseada mais firmemente em discussões marxistas ortodoxas sobre os modos de produção, a explicação das origens e das transformações dos sistemas de gênero encontra-se fora da divisão sexual do trabalho. Famílias, lares e sexualidades são, no fim das contas, todos, produtos de modos cambiantes de produção. É assim que Engels concluía suas explorações sobre *A Origem da Família*,¹⁴ é aí que repousam, em última instância, as análises da economista Heidi Hartmann. Hartmann enfatiza a necessidade de considerar o patriarcado e o capitalismo como dois sistemas separados, mas em interação. Mas à medida em que ela desenvolve sua argumentação, a causalidade econômica torna-se prioritária e o patriarcado está sempre se desenvolvendo e mudando em função das relações de produção.¹⁵

Os primeiros debates entre as/os feministas marxistas giraram em torno dos mesmos problemas: a rejeição do essencialismo daquelas/es que sustentavam que “as exigências da reprodução biológica” determinam a divisão sexual do trabalho sob o capitalismo; a futilidade de se inserir “modos de reprodução” nas

discussões sobre os modos de produção (a reprodução permanece uma categoria de oposição e não tem um *status* equivalente ao do modo de produção); o reconhecimento de que os sistemas econômicos não determinam de maneira direta as relações de gênero e que, de fato, a subordinação das mulheres é anterior ao capitalismo e continua sob o socialismo; a busca, apesar de tudo, de uma explicação materialista que exclua as diferenças físicas naturais.¹⁶ Uma tentativa importante de sair deste círculo de problemas veio de Joan Kelly, em seu ensaio “The Doubled Vision of Feminist Theory”, onde ela sustentava que os sistemas econômicos e os sistemas de gênero interagiam para produzir as experiências sociais e históricas; que nenhum dos dois era causal, mas que os dois “operam simultaneamente para reproduzir as estruturas sócio-econômicas e as estruturas de dominação masculina de uma ordem social particular”. A idéia de Kelly de que os sistemas de gênero teriam uma existência independente constituiu uma abertura conceitual decisiva, mas sua determinação em permanecer dentro de um quadro marxista levou-a a enfatizar o papel causal dos fatores econômicos até mesmo na determinação do sistema de gênero: “a relação entre os sexos opera de acordo com (e através das) estruturas sócio-econômicas e também de acordo com as estruturas de sexo-gênero”.¹⁷ Kelly introduziu a idéia de uma “realidade social sexualmente baseada” mas ela tendia a enfatizar o caráter social mais do que sexual desta realidade e, freqüentemente, o “social”, em sua utilização, era concebido em termos de relações econômicas de produção.

A análise da sexualidade que foi mais longe, entre as feministas marxistas americanas, encontra-se em *Powers of Desire*, um volume de ensaios publicado em 1983.¹⁸ Influenciadas pela crescente atenção dada à sexualidade entre ativistas políticos/as e pesquisadores/as, pela insistência do filósofo francês Michel Foucault de que a sexualidade é produzida em contextos históricos, pela convicção de que a “revolução sexual” contemporânea exigia uma análise séria, as autoras centraram suas interrogações na “política sexual”. Assim fazendo, elas colocaram a questão da causalidade e propuseram uma série de soluções; de fato, o mais instigante neste volume é a falta de unanimidade analítica, seu sentido de tensão analítica. Se as autoras individuais tendiam a sublinhar a causalidade dos contextos sociais (que, com freqüência, quer dizer “econômicos”), elas, não obstante, incluíam sugestões sobre a importância de se estudar a “estruturação psíquica da identidade de gênero”. Embora se afirme algumas vezes que a “ideologia de gênero” “reflete” as estruturas econômicas e sociais, há também um reconhecimento crucial da necessidade de compreender “o vínculo” complexo “entre a sociedade e uma estrutura psíquica persistente”.¹⁹ De um lado, as organizadoras desta coletânea endossam o argumento de Jessica Benjamin de que a política deve conceder atenção “aos componentes eróticos e fantasmáticos da vida humana”, mas, por outro lado, nenhum outro ensaio, salvo este de Benjamin, aborda completa ou seriamente as questões teóricas que ela levanta.²⁰ Há, em vez disso, um pressuposto tácito que percorre o volume, segundo o qual o marxis-

mo pode ser ampliado para incluir discussões sobre ideologia, cultura e psicologia, e que esta ampliação será efetuada através do mesmo tipo de exame concreto dos dados efetuados na maioria dos artigos. A vantagem de uma tal abordagem é que ela evita divergências agudas de posição; sua desvantagem é que ela deixa intacta uma teoria já plenamente articulada, que remete as relações entre os sexos às relações de produção.

Uma comparação entre as tentativas exploratórias e relativamente amplas das/os feministas marxistas americanas/os e as de suas/seus homólogas/os inglesas/es, mais estreitamente ligadas/os à política de uma tradição marxista forte e viável, revela que as/os inglesas/es tiveram maior dificuldade em contestar os fatores limitantes das explicações estritamente deterministas. Essa dificuldade pode ser vista de maneira mais espetacular nos debates recentes, surgidos na *New Left Review*, entre Michèle Barret e seus/suas críticos/as, os/as quais a acusavam de abandonar uma análise materialista da divisão sexual do trabalho sob o capitalismo.²¹ Ela pode ser vista também no fato de que os/as pesquisadores/as que tinham inicialmente empreendido uma tentativa feminista de reconciliação entre a psicanálise e o marxismo, e que tinham insistido na possibilidade de uma certa fusão entre os dois, escolheram hoje uma ou outra dessas posições teóricas.²² A dificuldade tanto para as/os feministas inglesas/es quanto para as/os americanas/os que trabalham dentro do quadro do marxismo é evidente nos trabalhos que mencionei aqui. O problema que elas/eles enfrentam é o inverso daquele colocado pela teoria do patriarcado, pois, no interior do marxismo, o conceito de gênero foi, por muito tempo, tratado como um sub-produto de estruturas econômicas cambiantes; o gênero não tinha aí um *status* analítico independente e próprio.

Um exame da teoria psicanalítica exige uma distinção entre escolas, já que se teve a tendência de classificar as diferentes abordagens segundo as origens nacionais de seus fundadores ou da maioria daqueles/as que as aplicam. Há a Escola Anglo-americana, que trabalha nos termos das teorias de relação de objeto (*object-relation theories*). Nos Estados Unidos, Nancy Chodorow é o nome mais prontamente associado com esta abordagem. Além disso, o trabalho de Carol Gilligan teve um impacto muito vasto sobre a produção científica americana, incluindo a história. O trabalho de Gilligan se inspira no de Chodorow, embora ela esteja menos preocupada com a construção do sujeito do que com o desenvolvimento moral e o comportamento. Em contraste com a escola anglo-americana, a escola francesa está baseada em leituras estruturalistas e pós-estruturalistas de Freud no contexto das teorias da linguagem (para as feministas a figura central é Jacques Lacan).

Ambas as escolas estão preocupadas com os processos pelos quais a identidade do sujeito é criada, ambas se centram nas primeiras etapas do desenvolvimento da criança a fim de encontrar pistas sobre a formação da identidade de gênero. As teóricas das relações de objeto enfatizam a influência

da experiência concreta (a criança vê, ouve, tem relações com aqueles que se ocupam dela, em particular, obviamente, com seus pais), enquanto os/as pós-estruturalistas enfatizam o papel central da linguagem na comunicação, na interpretação e na representação do gênero. (Para os/as pós-estruturalistas, “linguagem” não designa palavras, mas sistemas de significação — ordens simbólicas — que precedem o domínio real da fala, da leitura e da escrita). Uma outra diferença entre essas duas escolas de pensamento refere-se ao inconsciente, que para Chodorow é, em última instância, suscetível de compreensão consciente, enquanto que, para Lacan, não o é. Para os/as lacanianos/as, o inconsciente é um fator decisivo na construção do sujeito; ademais, é o lugar da divisão sexual e, por esta razão, um lugar de instabilidade constante para o sujeito “generificado” (*gendered*).

Nos últimos anos, as/os historiadoras/es feministas foram atraídas/os por essas teorias, seja porque elas servem para endossar dados específicos com base em observações gerais, seja porque elas parecem oferecer uma formulação teórica importante no que concerne ao gênero. Cada vez mais, os/as historiadores/as que trabalham com o conceito de “cultura feminina” citam os trabalhos de Chodorow e Gilligan tanto como prova quanto como explicação de suas interpretações; aquelas/es que têm problemas com a teoria feminista se voltam para Lacan. Ao final das contas, nenhuma destas teorias me parece inteiramente utilizável pelos/as historiadores/as; um olhar mais atento sobre cada uma pode ajudar a explicar por quê.

Minha reserva para com a teoria de relações de objeto concentra-se em seu literalismo, no fato de basear a produção de identidade de gênero e a gênese da transformação em estruturas de interação relativamente pequenas. Tanto a divisão de trabalho na família quanto a atribuição real de tarefas a cada um dos pais desempenham um papel crucial na teoria de Chodorow. O resultado dos sistemas ocidentais dominantes é uma divisão clara entre masculino e feminino: “O sentido feminino do eu é fundamentalmente ligado ao mundo, o sentido masculino do eu é fundamentalmente separado”.²³ Segundo Chodorow, se os pais (homens) estivessem mais envolvidos no cuidado com os/as filhos/as e mais presentes nas situações domésticas, as conseqüências do drama edipiano seriam provavelmente diferentes.²⁴

Esta interpretação limita o conceito de gênero à esfera da família e à experiência doméstica e, para o historiador, ela não deixa meios para ligar esse conceito (nem o indivíduo) a outros sistemas sociais, econômicos, políticos ou de poder. Sem dúvida está implícito que os arranjos sociais que exigem que os pais trabalhem e as mães executem a maioria das tarefas de criação das crianças estruturam a organização da família. Mas não estão claras a origem nem as razões pelas quais eles estão articulados em termos de uma divisão sexual do trabalho. Tampouco se discute a questão da desigualdade, por oposição à da assimetria. Como podemos explicar, no interior desta teoria, a persistente asso-

ciação entre masculinidade e poder, o fato de que se valoriza mais a virilidade do que a feminilidade? Como podemos explicar a forma pela qual as crianças parecem aprender essas associações e avaliações mesmo quando elas vivem fora de lares nucleares, ou no interior de lares onde o marido e a mulher dividem as tarefas familiares? Penso que não podemos fazer isso sem conceder uma certa atenção aos sistemas de significado, quer dizer, aos modos pelos quais as sociedades representam o gênero, servem-se dele para articular as regras de relações sociais ou para construir o significado da experiência. Sem significado, não há experiência; sem processo de significação, não há significado.

A linguagem é o centro da teoria lacaniana; é a chave de acesso da criança à ordem simbólica. Através da linguagem é construída a identidade generificada (*gendered*). Segundo Lacan, o falo é o significante central da diferença sexual. Mas o significado do falo deve ser lido de maneira metafórica. O drama edipiano, para a criança, coloca em ação os termos da interação cultural, já que a ameaça de castração representa o poder, as regras da lei (do Pai). A relação da criança com a lei depende da diferença sexual, de sua identificação imaginativa (ou fantasmática) com a masculinidade ou a feminilidade. Em outras palavras, a imposição de regras de interação social é inerente e especificamente generificada, pois a relação feminina com o falo é forçosamente diferente da relação masculina. Mas a identificação de gênero, mesmo que pareça sempre coerente e fixa, é, de fato, extremamente instável. Como sistemas de significado, as identidades subjetivas são processos de diferenciação e de distinção, que exigem a supressão de ambigüidades e de elementos de oposição, a fim de assegurar (criar a ilusão de) uma coerência e (de) uma compreensão comum. A idéia de masculinidade repousa na repressão necessária de aspectos femininos — do potencial do sujeito para a bissexualidade — e introduz o conflito na oposição entre o masculino e o feminino. Os desejos reprimidos estão presentes no inconsciente e constituem uma ameaça permanente para a estabilidade da identificação de gênero, negando sua unidade, subvertendo sua necessidade de segurança. Além disso, as idéias conscientes sobre o masculino ou o feminino não são fixas, uma vez que elas variam de acordo com as utilizações contextuais. Sempre existe um conflito, pois, entre a necessidade que tem o sujeito de uma aparência de totalidade e a imprecisão da terminologia, seu significado relativo, sua dependência da repressão.²⁵ Este tipo de interpretação torna problemáticas as categorias de “homem” e “mulher”, ao sugerir que o masculino e o feminino não são características inerentes, mas constructos subjetivos (ou ficcionais). Essa interpretação implica também que o sujeito se acha em um processo constante de construção e oferece um meio sistemático de interpretar o desejo consciente e inconsciente, ao destacar a linguagem como um objeto apropriado de análise. Enquanto tal eu a considero instrutiva.

Entretanto, sinto-me incomodada pela fixação exclusiva em questões relativas ao sujeito individual e pela tendência a reificar, como a dimensão cen-

tral do gênero, o antagonismo subjetivamente produzido entre homens e mulheres. Além do mais, mesmo que a maneira pela qual “o sujeito” é construído permaneça aberta, a teoria tende a universalizar as categorias e as relações entre masculino e feminino. A consequência para os/as historiadores/as é uma leitura redutiva dos dados do passado. Mesmo que essa teoria tome em consideração as relações sociais, ao ligar a castração à proibição e à lei, ela não permite introduzir uma noção de especificidade e de variabilidade histórica. O falo é o único significante, o processo de construção do sujeito generificado é, em última instância, previsível já que é sempre o mesmo. Se, como sugere a teórica do cinema Teresa de Lauretis, temos necessidade de pensar a construção da subjetividade dentro dos contextos sociais e históricos, não há nenhum meio de precisar estes contextos nos termos que propõe Lacan. De fato, mesmo na tentativa de Lauretis, a realidade social (quer dizer, as relações “materiais, econômicas e interpessoais que são, de fato, sociais e, numa perspectiva mais ampla, históricas”) parece se situar fora do sujeito.²⁶ O que está faltando é uma forma de conceber a “realidade social” em termos de gênero.

O problema do antagonismo sexual nessa teoria tem dois aspectos. Em primeiro lugar, ele projeta um certo caráter intemporal, mesmo quando está bem historicizado, como no caso de Sally Alexander. Sua leitura de Lacan a conduziu à conclusão de que “o antagonismo entre os sexos é um aspecto inevitável da aquisição da identidade sexual...Se o antagonismo está sempre latente, é possível que a história não possa oferecer nenhuma solução final, mas apenas a remoldagem e reorganização permanente da simbolização da diferença e da divisão sexual do trabalho”.²⁷ É talvez meu incorrigível utopianismo que faz com que eu duvide dessa formulação, ou então o fato de que eu não soube ainda me desfazer da episteme do que Foucault chamava de Idade Clássica. Seja o que for, a formulação de Alexander contribui para fixar a oposição binária entre masculino-feminino como a única relação possível e como um aspecto permanente da condição humana. Ela perpetua, mais do que põe em questão, aquilo que Denise Riley designa como o “terrível ar de constância da polaridade sexual”. Ela escreve: “o caráter historicamente construído da oposição (entre masculino e feminino) produz como um de seus efeitos precisamente este ar de uma oposição invariante e monótona entre homens/mulheres”.²⁸

É precisamente esta oposição, em todo o seu tédio e monotonia, que (para voltar ao lado anglo-saxão) é posta em evidência no trabalho de Carol Gilligan. Gilligan explica as trajetórias divergentes de desenvolvimento moral seguidas por meninos e meninas, em termos de diferenças de “experiência” (de realidade vivida). Não é surpreendente que os/as historiadores/as das mulheres tenham recuperado suas idéias e as tenham utilizado para explicar as “vozes diferentes” que os trabalhos desses/as historiadores/as lhes haviam possibilitado ouvir. Os problemas com esses empréstimos são múltiplos e eles estão logicamente conectados.²⁹ O primeiro problema é um deslizamento que freqüentemente ocorre

na atribuição da causalidade: a argumentação começa por uma afirmação do tipo “a experiência das mulheres leva-as a fazer escolhas morais que dependem de contextos e de relações” para se transformar em “as mulheres pensam e escolhem este caminho porque elas são mulheres”. Está implícita nessa linha de raciocínio uma idéia a-histórica, senão essencialista, de mulher. Gilligan e outros/as extrapolaram sua descrição, baseada numa pequena amostra de alunas americanas do fim do século XX, a todas as mulheres. Essa extrapolação é evidente, principalmente, mas não exclusivamente, nas discussões de alguns/mas historiadores/as da “cultura feminina” que reúnem dados desde as santas da Idade Média às militantes sindicalistas modernas e os reduzem para provar a hipótese de Gilligan sobre a suposta preferência feminina universal por estabelecer e cultivar relações pessoais.³⁰ Esse uso das idéias de Gilligan se coloca em oposição flagrante com as concepções mais complexas e historicizadas da “cultura feminina” que podem ser encontradas no simpósio de *Feminist Studies* de 1980.³¹ De fato, uma comparação desta série de artigos com as teorias de Gilligan revela a que ponto sua noção é a-histórica, definindo a categoria homem/mulher como uma oposição binária universal que se auto-reproduz — fixada sempre da mesma maneira. Ao insistir sempre nas diferenças fixadas (no caso de Gilligan, ao simplificar os dados através da utilização das mais heterogêneas informações sobre o sexo e o raciocínio moral, para sublinhar a diferença sexual), as/os feministas reforçam o tipo de pensamento que desejam combater. Ainda que insistam na reavaliação da categoria do “feminino” (Gilligan sugere que as escolhas morais das mulheres poderiam ser mais humanas do que as dos homens), elas não examinam a oposição binária em si.

Temos necessidade de uma rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária, de uma historicização e de uma desconstrução genuínas dos termos da diferença sexual. Devemos nos tornar mais auto-conscientes da distinção entre nosso vocabulário analítico e o material que queremos analisar. Devemos encontrar formas (mesmo que imperfeitas) de submeter sem cessar nossas categorias à crítica e nossas análises à auto-crítica. Se utilizamos a definição de desconstrução de Jacques Derrida, essa crítica significa analisar, levando em conta o contexto, a forma pela qual opera qualquer oposição binária, revertendo e deslocando sua construção hierárquica, em vez de aceitá-la como real ou auto-evidente ou como fazendo parte da natureza das coisas.³² É evidente que, num certo sentido, as/os feministas vêm fazendo isso por muitos anos. A história do pensamento feminista é uma história da recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino, em seus contextos específicos, e uma tentativa para reverter ou deslocar suas operações. Os/as historiadores/as feministas estão agora bem posicionados/as para teorizar suas práticas e para desenvolver o gênero como uma categoria analítica.

A preocupação teórica com o gênero como uma categoria analítica só emergiu no fim do século XX. Ela está ausente das principais abordagens de teoria social formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX. De fato, algumas destas teorias construíram sua lógica a partir das analogias com a oposição entre masculino/feminino, outras reconheceram uma “questão feminina”, outras ainda se preocuparam com a formulação da identidade sexual subjetiva, mas o gênero, como uma forma de falar sobre sistemas de relações sociais ou sexuais não tinha aparecido. Esta falta poderia explicar em parte a dificuldade que tiveram as feministas contemporâneas de incorporar o termo “gênero” às abordagens teóricas existentes e de convencer os adeptos de uma ou outra escola teórica de que o gênero fazia parte de seu vocabulário. O termo “gênero” faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens. É, na minha opinião, significativo que o uso da palavra “gênero” tenha emergido num momento de grande efervescência epistemológica que toma a forma, em certos casos, da mudança de um paradigma científico para um paradigma literário, entre os/as cientistas sociais (da ênfase posta na causa para a ênfase posta no significado, confundindo os gêneros da investigação, segundo a formulação do antropólogo Clifford Geertz).³³ Em outros casos, esta mudança toma a forma de debates teóricos entre aqueles/as que afirmam a transparência dos fatos e aqueles/as que enfatizam a idéia de que toda realidade é interpretada ou construída, entre os/as que defendem e os/as que põem em questão a idéia de que o homem é o dono racional de seu próprio destino.

No espaço aberto por este debate, posicionadas ao lado da crítica da ciência desenvolvida pelas humanidades e da crítica do empirismo e do humanismo desenvolvido pelos/as pós-estruturalistas, as feministas não somente começaram a encontrar uma voz teórica própria; elas também encontraram aliados/as acadêmicos/as e políticos/as. É dentro desse espaço que nós devemos articular o gênero como uma categoria analítica.

O que poderiam fazer os/as historiadores/as que, depois de tudo, viram sua disciplina rejeitada, por alguns/mas teóricos/as recentes, como uma relíquia do pensamento humanista? Não penso que devemos deixar os arquivos ou abandonar o estudo do passado, mas acredito, isto sim, que devemos mudar alguns de nossos hábitos de trabalho, algumas questões que temos colocado. Devemos examinar atentamente nossos métodos de análise, clarificar nossas hipóteses de trabalho, e explicar como a mudança ocorre. Em vez da busca de origens únicas, temos que pensar nos processos como estando tão interconectados que não podem ser separados. É evidente que isolamos certos problemas para serem estudados e que estes problemas constituem pontos de partida ou de entrada para processos

complexos. Mas são os processos que devemos ter sempre em mente. Devemos nos perguntar mais seguidamente como as coisas se passaram para descobrir por que elas se passaram; segundo a formulação de Michelle Rosaldo, devemos buscar não uma causalidade geral e universal, mas uma explicação baseada no significado: "Vejo agora que o lugar da mulher na vida social humana não é, de qualquer forma direta, um produto das coisas que ela faz, mas do significado que suas atividades adquirem através da interação social concreta".³⁴ Para buscar o significado, precisamos lidar com o sujeito individual, bem como com a organização social, e articular a natureza de suas interrelações, pois ambos são cruciais para compreender como funciona o gênero, como ocorre a mudança. Finalmente, é preciso substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado por algo como o conceito de poder de Michel Foucault, entendido como constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em "campos de força" sociais.³⁵ No interior desses processos e estruturas, há espaço para um conceito de agência humana, concebida como a tentativa (pelo menos parcialmente racional) para construir uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade estabelecida dentro de certos limites e dotada de uma linguagem — uma linguagem conceitual que estabeleça fronteiras e contenha, ao mesmo tempo, a possibilidade da negação, da resistência, da reinterpretação e permita o jogo da invenção metafórica e da imaginação.

Minha definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional. Como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas, o gênero implica quatro elementos interrelacionados: em primeiro lugar, os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (e com frequência contraditórias) — Eva e Maria como símbolos da mulher, por exemplo, na tradição cristã ocidental — mas também mitos de luz e escuridão, purificação e poluição, inocência e corrupção. Para os/as historiadores/as, a questão importante é: que representações simbólicas são invocadas, como, e em quais contextos? Em segundo lugar, conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa, que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino. De fato, essas afirmações normativas dependem da rejeição ou da repressão de possibilidades alternativas e, algumas vezes, elas são abertamente contestadas ("quando e em

quais circunstâncias” é a questão que deveria preocupar os/as historiadores/as). A posição que emerge como posição dominante é, contudo, declarada a única possível. A história posterior é escrita como se essas posições normativas fossem o produto do consenso social e não do conflito. Um exemplo desse tipo de história é dado por aqueles que tratam a ideologia vitoriana da domesticidade como se ela tivesse sido criada em bloco, e tivesse sido contestada apenas depois disso, invés de ser o objeto constante de grandes diferenças de opinião. Um outro exemplo vem dos grupos religiosos fundamentalistas atuais, que querem ligar necessariamente suas práticas à restauração do papel “tradicional” das mulheres, supostamente mais autêntico, embora, na realidade, haja poucos antecedentes históricos que testemunhem a existência incontestada de um tal papel.

O desafio da nova pesquisa histórica consiste em fazer explodir essa noção de fixidez, em descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência intemporal na representação binária do gênero. Esse tipo de análise deve incluir uma concepção de política bem como uma referência às instituições e à organização social — este é o terceiro aspecto das relações de gênero.

Certos/as pesquisadores/as, principalmente os/as antropólogos/as, têm restringido o uso do gênero ao sistema de parentesco (centrando-se no lar e na família como a base da organização social). Temos necessidade de uma visão mais ampla que inclua não somente o parentesco mas também (especialmente para as complexas sociedades modernas) o mercado de trabalho (um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção de gênero), a educação (as instituições de educação somente masculinas, não mistas, ou de co-educação fazem parte do mesmo processo), o sistema político (o sufrágio universal masculino faz parte do processo de construção do gênero). Não tem muito sentido reconduzir à força estas instituições à sua utilidade funcional para o sistema de parentesco, ou sustentar que as relações contemporâneas entre os homens e as mulheres são artefatos de sistemas anteriores de parentesco baseados na troca de mulheres.³⁶ O gênero é construído através do parentesco, mas não exclusivamente; ele é construído igualmente na economia e na organização política, que, pelo menos em nossa sociedade, operam atualmente de maneira amplamente independente do parentesco.

O quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva. Concordo com a idéia da antropóloga Gayle Rubin de que a psicanálise fornece uma teoria importante sobre a reprodução do gênero, uma descrição da “transformação da sexualidade biológica dos indivíduos enquanto passam por um processo de enculturação”.³⁷ Mas a pretensão universal da psicanálise constitui, para mim, um problema. Embora a teoria lacaniana possa ser útil para a reflexão sobre a construção da identidade generificada, os/as historiadores/as precisam trabalhar de uma forma mais histórica. Se a identidade de gênero está baseada única e universalmente no medo da castração, nega-se a relevância da investigação histórica. Além

disso os homens e as mulheres reais não cumprem sempre, nem cumprem literalmente, os termos das prescrições de sua sociedade ou de nossas categorias analíticas. Os/as historiadores/as precisam, em vez disso, examinar as formas pelas quais as identidades generificadas são substantivamente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas. Não é de se estranhar que as melhores tentativas neste domínio tenham sido, até o presente, as biografias: a interpretação de Lou Andreas-Salomé por Biddy Martin, o retrato de Catharine Beecher por Kathryn Sklar, a vida de Jessie Daniel Ames por Jacqueline Hall e a reflexão de Mary Hill sobre Charlotte Perkins Gilman.³⁸ Mas os tratamentos coletivos são igualmente possíveis, como o mostram Mrinalini Sinha e Lou Ratté, em seus respectivos estudos, sobre a construção de uma identidade de gênero entre os administradores coloniais britânicos na Índia, e para os hindus educados na cultura britânica que se tornaram dirigentes nacionalistas anti-imperialistas.³⁹

A primeira parte da minha definição de gênero, então, é composta desses quatro elementos e nenhum dentre eles pode operar sem os outros. No entanto eles não operam simultaneamente, como se um fosse um simples reflexo do outro. De fato, é uma questão para a pesquisa histórica saber quais são as relações entre esses quatro aspectos. O esboço que eu propus do processo de construção das relações de gênero poderia ser utilizado para examinar a classe, a raça, a etnicidade ou qualquer processo social. Meu propósito foi clarificar e especificar como se deve pensar o efeito do gênero nas relações sociais e institucionais, porque essa reflexão nem sempre tem sido feita de maneira sistemática e precisa. A teorização do gênero, entretanto, é desenvolvida em minha segunda proposição: o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas. Como tal, esta parte da definição poderia aparentemente pertencer à seção normativa de meu argumento, mas isso não ocorre, pois os conceitos de poder, embora se baseiem no gênero, nem sempre se referem literalmente ao gênero em si mesmo. O sociólogo francês Pierre Bourdieu tem escrito sobre como a “di-visão do mundo”, baseada em referências às “diferenças biológicas, e, notadamente, àquelas que se referem à divisão do trabalho de procriação e de reprodução”, operam como “a mais fundada das ilusões coletivas”. Estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social.⁴⁰ Na medida em que essas referências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos), o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do próprio poder. O antropólogo francês Maurice Godelier assim

o formulou: “(...) não é a sexualidade que assombra a sociedade, mas antes a sociedade que assombra a sexualidade do corpo. As diferenças entre os corpos, relacionadas ao sexo, são constantemente solicitadas a testemunhar as relações sociais e as realidades que não têm nada a ver com a sexualidade. Não somente testemunhar, mas testemunhar para, ou seja, legitimar”.⁴¹

A função de legitimação do gênero age de várias maneiras. Bourdieu, por exemplo, mostrou como, em certas culturas, a exploração agrícola era organizada segundo conceitos de tempo e de estação que se baseavam em definições específicas da oposição entre masculino e feminino. Gayatri Spivak fez uma análise perspicaz dos usos do gênero e do colonialismo em certos textos de escritoras britânicas e americanas.⁴² Natalie Davis mostrou como os conceitos de masculino e feminino estavam relacionados à aceitação e ao questionamento das regras da ordem social no primeiro período da França moderna.⁴³ A historiadora Caroline Bynum deu nova luz à espiritualidade medieval pela importância atribuída às relações entre os conceitos do masculino e do feminino e o comportamento religioso. Seu trabalho nos permite melhor compreender as formas pelas quais esses conceitos orientaram a política das instituições monásticas e as crenças individuais.⁴⁴ Os/as historiadores/as da arte abriram um novo território ao extrair implicações sociais das representações literais dos homens e das mulheres.⁴⁵ Essas interpretações estão baseadas na idéia de que as linguagens conceituais empregam a diferenciação para estabelecer o significado e que a diferença sexual é uma forma primária de dar significado à diferenciação.⁴⁶ O gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana. Quando os/as historiadores/as buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política.

A política é apenas uma das áreas na qual o gênero pode ser utilizado para análise histórica. Escolhi os exemplos seguintes, ligados à política e ao poder, no sentido mais tradicional, quer dizer, naquilo que enfatizam o governo e o Estado-nação, por duas razões. Em primeiro lugar, porque se trata de um território praticamente inexplorado, já que o gênero tem sido percebido como uma categoria antitética às tarefas sérias da verdadeira política. Em segundo lugar, porque a história política — ainda o modo dominante de pesquisa histórica — tem sido o bastião de resistência à inclusão de materiais ou questões sobre as mulheres e o gênero.

O gênero tem sido utilizado literal ou analogicamente na teoria política para justificar ou criticar reinado de monarcas e para expressar as relações entre governantes e governados. Obviamente era de se esperar que os debates dos contemporâneos sobre os reinados de Elizabeth I da Inglaterra e de Catarina de

Medici na França tivessem tratado da questão da capacidade das mulheres para a direção política; mas em um período onde parentesco e realeza estavam intrinsecamente ligados, as discussões sobre os reis homens também estavam preocupadas com a masculinidade e a feminilidade.⁴⁷ As analogias com a relação marital dão uma estrutura para os argumentos de Jean Bodin, Robert Filmer e John Locke. O ataque de Edmund Burke contra a Revolução Francesa se desenvolve ao redor de um contraste entre as harpias feias e assassinas dos *sans-culottes* (as megeras do inferno, sob a forma desnaturada da mais vil das mulheres) e a doce feminilidade de Maria Antonieta, que escapa à multidão “para procurar refúgio aos pés de um rei e de um marido” e cuja beleza tinha já inspirado o orgulho nacional. (É em referência ao papel apropriado ao feminino dentro da ordem política que Burke escreveu: “para que possamos amar nossa pátria, nossa pátria deve ser amável”).⁴⁸ Mas a analogia não concerne sempre ao casamento nem mesmo à heterossexualidade. Na teoria política da Idade Média islâmica, os símbolos do poder político fizeram mais freqüentemente alusão às relações sexuais entre um homem e um rapaz, sugerindo não somente a existência aceitável de formas de sexualidade comparáveis às que descreve Foucault em seu último livro a respeito da Grécia clássica, mas também a irrelevância das mulheres para qualquer noção de política e de vida pública.⁴⁹

Para que este último comentário não seja interpretado como uma afirmação de que a teoria política reflete simplesmente a organização social, parece importante observar que as mudanças nas relações de gênero podem se produzir a partir de considerações sobre as necessidades de Estado. Um exemplo surpreendente é fornecido pela argumentação de Louis de Bonald, em 1816, sobre as razões pelas quais a legislação da Revolução francesa sobre o divórcio tinha que ser rejeitada:

“Do mesmo modo que a democracia política permite ao povo, parte fraca da sociedade política, se voltar contra o poder estabelecido, também o divórcio, verdadeira democracia doméstica, permite à esposa, parte fraca, rebelar-se contra a autoridade marital... A fim de manter o Estado fora das mãos do povo, é necessário manter a família fora das mãos das esposas e dos filhos.”⁵⁰

Bonald começa com uma analogia para estabelecer, em seguida, uma correspondência direta entre o divórcio e a democracia. Retomando argumentos bem mais antigos, à propósito da boa ordem familiar como fundamento da boa ordem de Estado, a legislação que implementou esta visão redefiniu os limites da relação marital. Da mesma maneira, em nossa época, as ideologias políticas conservadoras desejariam fazer passar toda uma série de leis sobre a organização e o comportamento da família, que mudariam as práticas atuais. A conexão entre os regimes autoritários e o controle das mulheres tem sido observada, mas não tem sido estudada a fundo. No momento crítico para a hegemonia jacobina, durante a Revolução francesa, no momento em que Stalin se apoderou do controle

da autoridade, na implementação da política nazista na Alemanha ou no triunfo do Ayatolá Komehni no Irã, em todas essas circunstâncias, os governantes emergentes legitimaram a dominação, a força, a autoridade central e o poder dominante como masculinos (os inimigos, os forasteiros, os subversivos e a fraqueza como femininos) e literalmente traduziram esse código em leis que puseram as mulheres no seu lugar (interditando-lhes a participação na vida política, declarando o aborto ilegal, impedindo o trabalho assalariado das mães, impondo códigos de trajar para as mulheres).⁵¹ Essas ações e o momento de sua ocorrência fazem pouco sentido em si mesmas; na maior parte dos casos, o Estado não tinha nada de imediato ou de material a ganhar com o controle das mulheres. Essas ações não fazem sentido a menos que sejam integradas numa análise da construção e consolidação do poder. Uma afirmação de controle ou de força corporificou-se numa política sobre as mulheres. Nesses exemplos, a diferença sexual foi concebida em termos da dominação e do controle das mulheres. Esses exemplos podem nos dar alguma idéia sobre os tipos de relações de poder que se constroem na história moderna, mas esse tipo particular de relação não constitui um tema político universal. Por exemplo, sob diferentes aspectos, os regimes democráticos do século XX também têm construído suas ideologias políticas a partir de conceitos generificados, traduzindo-os em políticas concretas: o estado de bem-estar, por exemplo, demonstrou seu paternalismo protetor através de leis dirigidas às mulheres e crianças.⁵² Historicamente, alguns movimentos socialistas ou anarquistas recusaram inteiramente as metáforas de dominação, apresentando de maneira imaginativa suas críticas de regimes ou de organizações sociais particulares, em termos de transformações de identidades de gênero. Os socialistas utópicos na França e na Inglaterra, nos anos 1830 e 1840, conceberam seus sonhos de um futuro harmonioso em termos das naturezas complementares dos indivíduos, ilustradas pela união do homem e da mulher, o “indivíduo social”.⁵³ Os anarquistas europeus eram conhecidos por sua recusa das convenções do casamento burguês mas também por suas visões de um mundo no qual a diferença sexual não implicava hierarquia.

Trata-se de exemplos de conexões explícitas entre gênero e poder, mas eles não são mais que uma parte da minha definição de gênero como uma forma primária de dar significado às relações de poder. Com frequência, a atenção dada ao gênero não é explícita, mas constitui, não obstante, uma parte crucial da organização da igualdade e da desigualdade. As estruturas hierárquicas dependem de compreensões generalizadas das assim chamadas relações naturais entre homem e mulher. No século XIX, o conceito de classe dependia do gênero para sua articulação. Quando, por exemplo, na França, os reformadores burgueses descreviam os trabalhadores em termos codificados como femininos (subordinados, fracos, sexualmente explorados, como as prostitutas), os líderes trabalhadores e socialistas respondiam insistindo na posição masculina da classe trabalhadora (produtores, fortes, protetores de suas mulheres e crianças). Os

termos desse discurso não se referiam explicitamente ao gênero, mas eram reforçados por referências a ele. A “codificação” generificada de certos termos estabelecia e “naturalizava” seus significados. Nesse processo, definições normativas de gênero, historicamente específicas (e tomadas como dadas) eram reproduzidas e incorporadas na cultura da classe trabalhadora francesa.⁵⁴

O tema da guerra, da diplomacia e da alta política surge com frequência quando os/as historiadores/as da história política tradicional põem em questão a utilidade do gênero para seu trabalho. Mas, também aqui, devemos olhar para além dos atores e do valor literal de suas palavras. As relações de poder entre nações e a posição dos sujeitos coloniais têm sido compreendidas (e então legitimadas) em termos das relações entre homem e mulher. A legitimação da guerra — sacrificar vidas de jovens para proteger o Estado — tomou formas diversificadas, desde o apelo explícito à virilidade (a necessidade de defender mulheres e crianças que de outro modo seriam vulneráveis), até à crença no dever que teriam os filhos de servir a seus dirigentes ou ao rei (seu pai), e ainda as associações entre a masculinidade e o poderio nacional.⁵⁵ A alta política é, ela própria, um conceito generificado, pois estabelece sua importância crucial e seu poder público, suas razões de ser e a realidade de existência de sua autoridade superior, precisamente às custas da exclusão das mulheres do seu funcionamento. O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro.

Se as significações de gênero e de poder se constroem reciprocamente, como as coisas mudam? De um ponto de vista geral, a resposta é que a mudança pode ser iniciada em muitos lugares. As revoltas políticas de massa que lançam velhas ordens no caos e fazem surgir novas podem revisar os termos (e por isso a organização) do gênero na sua busca de novas formas de legitimação. Mas elas podem não o fazer; noções antigas de gênero têm também servido para validar novos regimes.⁵⁶ Crises demográficas, causadas pela fome, pestes ou guerras, podem ter colocado em questão visões normativas de casamento heterossexual (como foi o caso em certos meios e certos países no correr dos anos 1920); mas elas igualmente provocaram políticas pró-natalistas que insistiam na importância exclusiva das funções maternais e reprodutoras das mulheres.⁵⁷ Padrões cambiantes de emprego podem levar a novas estratégias matrimoniais e a diferentes possibilidades de construção de subjetividades, mas eles também podem ser vividos como novas arenas de atividade para filhas e esposas obedientes.⁵⁸ A emergência de novos tipos de símbolos culturais pode tornar possível a re-

interpretação ou, mesmo, a reescrita da narrativa edipiana, mas ela pode também servir para reatualizar esse terrível drama em termos ainda mais eloqüentes. São os processos políticos que vão determinar qual resultado prevalecerá — político no sentido de que atores diferentes e significados diferentes lutam entre si para assegurar o controle. A natureza desse processo, dos atores e de suas ações, só pode ser determinada de forma específica, no contexto do tempo e do espaço. Nós só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que “homem” e “mulher” são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quanto parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas.

Num certo sentido, a história política tem sido jogada no terreno do gênero. Trata-se de um terreno que parece fixo, mas cujo significado é contestado e está em fluxo. Se tratamos a oposição entre homem e mulher como problemática e não como conhecida, como algo que é contextualmente definido, repetidamente construído, então devemos constantemente perguntar não apenas o que está em jogo em proclamações ou debates que invocam o gênero para explicar ou justificar suas posições, mas também como compreensões implícitas de gênero estão sendo invocadas ou reinscritas. Qual é a relação entre as leis sobre as mulheres e o poder de Estado? Por que (e desde quando) as mulheres são invisíveis como sujeitos históricos, ainda que saibamos que elas participaram de grandes e pequenos eventos da história humana? O gênero legitimou a emergência de carreiras profissionais?⁵⁹ Para citar o título de um artigo recente da feminista francesa Luce Irigaray, o sujeito da ciência é sexuado?⁶⁰ Qual é a relação entre a política estatal e a descoberta do crime de homossexualidade?⁶¹ Como as instituições sociais incorporaram o gênero nos seus pressupostos e nas suas organizações? Houve, em algum momento, conceitos de gênero verdadeiramente igualitários sobre os quais fossem projetados ou mesmo fundados sistemas políticos?

A exploração dessas questões fará emergir uma história que oferecerá novas perspectivas sobre velhas questões (como, por exemplo, é imposto o poder político, qual é o impacto da guerra sobre a sociedade), redefinirá velhas questões em novos termos (introduzindo, por exemplo, considerações sobre a família e a sexualidade no estudo da economia e da guerra), tornará as mulheres visíveis como participantes ativas e criará uma distância analítica entre a linguagem aparentemente fixa do passado e nossa própria terminologia. Além disso, esta nova história abrirá possibilidades para a reflexão sobre atuais estratégias políticas feministas e o futuro (utópico), pois ela sugere que o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça.

1. *Oxford English Dictionary* (Oxford University Press, 1961) 4.
2. E. Littré, *Dictionnaire de la langue française* (Paris, 1876).
3. Raymond Williams, *Keywords* (Nova York: Oxford University Press, 1983), p.285.
4. Natalie Zemon Davis, "Women's History in Transition: The European Case", *Feminist Studies* (1975-76) 3:90.
5. Ann D. Gordon, Mari Jo Buhle e Nancy Shrom Dye, "The problem of Women's History", in Berenice Carrol, ed., *Liberating Women's History* (Urbana: University of Illinois Press), p. 89.
6. O melhor e mais sutil exemplo é o de Joan Kelly, "The Doubled Vision of Feminist Theory", em seu *Women, History and Theory* (Chicago: University of Chicago Press, 1984), pp.51-64, especialmente p.61.
7. Para um argumento contra o uso de "gênero" para enfatizar o aspecto social da diferença sexual, veja Moira Gates, "A Critique of the Sex/Gender Distinction", in J. Allen e P. Patton, eds., *Beyond Marxism?* (Leichardt, N.S.W.: Intervention Publications, 1985) pp. 143-60. Concordo com seu argumento de que a distinção sexo/gênero atribui uma determinação autônoma ou transparente ao corpo, ignorando o fato de que aquilo que sabemos sobre o corpo constitui conhecimento culturalmente produzido.
8. Para uma diferente caracterização da análise feminista, veja Linda J. Nicholson, *Gender and history: The limits of Social Theory in the Age of the Family* (Nova York: Columbia University Press, 1986).
9. Mary O'Brien, *The Politics of Reproduction* (Londres: Routledge and Kegan Paul, 1981), pp.8.15, 46.
10. Shulamith Firestone, *The Dialectic of Sex* (Nova York: Bantam Books, 1970). A frase "amarga amardilha" é de O'Brien, *Politics of Reproduction*, p. 8.
11. Catherine McKinnon, "Femininism, Marxism, Method, and State: An Agenda for Theory", *Signs* (1982) 7:515, 541.
12. *Ibid.*, pp.541, 543.
13. Para uma interessante discussão dos pontos fortes e dos limites do termo "patriarcado", veja o debate entre as historiadoras Sheila Rowbotham, Sally Alexander e Barbara Taylor in Raphael Samuel, ed., *People's History and Socialist Theory* (Londres: Routledge and Keagan Paul, 1981), pp. 363-73.
14. Friedrich Engels, *The Origins of the Family, Private Property, and the State* (1884; reimp., Nova York: International Publishers, 1972).
15. Heidi Hartmann, "Capitalism, Patriarchy and Job Segregation by Sex", *Sings* (1976) 1:168. "The Unhappy Marriage of marxismo and Feminism: Towards a more Progressive Union", *Capital and Class* (1979) 8:1-33; "The Family as the Locus of Gender, Class, and Political Struggle: The Example of Housework", *Sings* (1981) 6:366-94.
16. Discussões sobre o feminismo marxista incluem: Zillah Eisenstein, *Capitalist Patriarchy and the Case for Socialist Feminism* (Nova ork: Longman, 1981); A. Kuhn, "Structures of Patriarchy and Capital in the Family", in A. Wolpe, eds., *Feminism and Materialism: Women and Modes of Production* (Londres: Routledge and Kegan

Paul, 1978); Rosalind Coward, *Patriarchal Precedents* (Londres: Routledge and Kegan Paul, 1983); Hilda Scott, *Does Socialism Liberate Women? Experiences from Eastern Europe* (Boston: Beacon Press, 1974); Jane Humphries, "Working Class Family, Women's Liberation and Class Struggle: The Case of Nineteenth-Century British History," *Review of Radical Political Economics* (1977) 9:25-41; Jane Humphries, "Class Struggle and the Persistence of the Working Class Family", *Cambridge Journal of Economics* (1971) 1:241-58; e veja o debate sobre o trabalho de Humphries em *Review of Radical Political Economics* (1980) 12:76-94.

17. Kelly, "Doubled Vision of Feminist Theory", p.61.
18. Ann Snitow, Christine Stansell e Sharon Thompson, eds., *Powers of Desire: The Politics of Sexuality* (Nova York: Monthly Review Press, 1983).
19. Ellen Ross e Rayna Rapp, "Sex and Society: A Research Note from Social History and Anthropology", in *Powers of Desire*, p. 53.
20. "Introduction", *Powers of Desire*, p. 12; e Jessica Benjamin, "Master and Slave: The Fantasy of Erotic Domination", *Powers of Desire*, p. 297.
21. Johanna Brenner e Maria Ramas, "Rethinking Women's Oppression", *New Left Review* (1984) 144:33-71; Michèle Barrett, "Rethinking Women's Oppression: A Reply to Brenner and Ramas", *New Left Review* (1984) 146:123-28; Angela Weir e Elizabeth Wilson, "The British Women's Movement", *New Left Review* (1984) 148:74-103; Michèle Barrett, "A Reponse to Weir and Wilson", *New Left Review* (1985) 150:143-47; Jane Lewis, "The Debate on Sex and Class", *New Left Review* (1985) 149:108-20. See also Hugh Armstrong e Pat Armstrong, "Beyond Sexless Class and Classless Sex: Towards Feminist Marxism", *Studies in Political Economy* (1983) 10:7-44; Hugh Armstrong e Pat Armstrong, "Comments: More on Marxist Feminism", *Studies in Political Economy* (1984) 15:179-84; e Jane Jenson, "Gender and Reproduction: Or, Babies and the State", trabalho inédito, junho 1985, pp.1-7.
22. Para formulações teóricas iniciais, veja *Papers on Patriarchy: Conference, London 76* (Londres: sem editora, 1976). Sou grata a Jane Caplan por me contar sobre a experiência dessa publicação e por sua disposição a me emprestar seu exemplar e por partilhar suas idéias sobre isso comigo. Para a posição psicanalítica, veja Sally Alexander, "Women, Class and Sexual Difference", *History Workshop* (1984) 17:125-35. Em seminários na Universidade de Princeton, no começo de 1986, Juliet Mitchell pareceu retornar a uma ênfase na prioridade das análises materialistas do gênero. Para uma tentativa de ir além do impasse teórico do feminismo marxista, veja Coward, *Patriarchal Precedents*. Veja também o brilhante esforço americano nessa direção feito pela antropóloga Gayle Rubin, "The Traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex", in Rayna R. Reiter, ed., *Towards an Anthropology of Women* (Nova York: Monthly Review Press, 1975), pp. 167-68.
23. Nancy Chodorow, *The Reproduction of Mothering: Psychoanalysis and the Sociology of Gender* (Berkeley: University of California Press, 1978), p.169.
24. "Minha descrição sugere que essas questões relacionados ao gênero podem ser influenciadas durante o período do complexo de Édipo, mas elas não são seu único foco ou efeito. A negociação dessas questões ocorre no contexto de processos mais amplos de relação com o objeto e com o ego. Esses processos mais amplos têm igual influência sobre a formação da estrutura psíquica e sobre a vida psíquica e os modos relacionais de homens e mulheres. Eles explicam os diferentes modos de identificação

e orientação em relação aos objetos heterossexuais, para as questões edipianas mais assimétricas que a psicanálise descreve. Esses efeitos tal como os efeitos edipianos mais tradicionais, surgem da organização assimétrica da maternidade/paternidade, com o papel da mãe como a figura primária e o distanciamento tipicamente maior do pai e seu investimento na socialização, especialmente nas áreas que dizem respeito à tipificação de gênero". Nancy Chodorow, *The Reproduction of Mothering*, p.166. Denise Riley, *War in the Nursery* (Londres: Virago, 1984). É importante observar que existem diferenças de interpretação e de abordagem entre Chodorow e os/as teóricos/as britânicos/as da relação do objeto que seguem o trabalho de D. W. Winnicott e de Melanie Klein. A abordagem de Chodorow pode ser caracterizada, de uma forma mais apropriada, como uma teoria mais sociológica ou sociologizada, mas é a lente dominante através da qual a teoria da relação do objeto tem sido vista pelas feministas americanas. Sobre a história da teoria britânica da relação do objeto na formulação de políticas sociais, veja Denise Riley, *War in the Nursery* (Londres: Virago, 1984).

25. Juliet Mitchell e Jacqueline Rose, eds., *Jacques Lacan and the Ecole Freudienne* (Nova York: Norton, 1983); Alexander, "Women, Class and Sexual Difference".
26. Teresa de Laurentis, *Alice Doesn't: Feminism, Semiotics, Cinema* (Bloomington: Indiana University Press, 1984), p.159.
27. Alexander, "Women, Class and Sexual Difference", p.135
28. E.M. Denise Riley, "Summary of Preamble to Interwar Feminist History Work", trabalho inédito, apresentado no Pembroke Center Seminar, maio 1985, p.11. O argumento é mais plenamente desenvolvido no brilhante livro de Riley, *Am I That Name?: Feminism and the Category of "Women" in History* (Londres: Macmillan, 1988).
29. Carol Gilligan, *In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1982).
30. Críticas úteis do livro de Gilligan podem ser encontradas em: J.Auerbach et al., "Commentary on Gilligan's In a different Voice", *Feminist Studies* (1985) 11:149-62, e "Women and Morality", um número especial de *Social Research* (1983) 50. Meus comentários sobre a tendência dos/as historiadores/as a citarem Gilligan devem-se à minha leitura de manuscritos inéditos e de propostas de pesquisa. Por isso, não me parece justo citá-los aqui. Venho registrando essas referências há mais de cinco anos, e elas são muitas e continuam crescendo.
31. *Feminist Studies* (1980) 6:26-64.
32. Para uma discussão sucinta e acessível de Derrida, veja Jonathan Culler, *On Deconstruction: Theory and Criticism after structuralism* (Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1982), especialmente pp. 156-79. Veja também Jacques Derrida, *Of Grammatology*, traduzido por Gayatri Chakravorty Spivak (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1974); Jacques Derrida, *Spurs* (Chicago: University of Chicago Press, 1979); e a transcrição do Seminário do Pembroke, 1983 in *Subjects/objects* (outono 1984).
33. Clifford Geertz, "Blurred Genres", *American Scholar* (1980) 49:165-79.
34. Michelle Zimbalist Rosaldo, "The Uses and Abuses of Anthropology: Reflections on Feminism and Cross-Cultural Understanding", *Signs*(1980) 5:400.

35. Michel Foucault, *The History of Sexuality*, vol.1, *Introduction* (Nova York: Vintage, 1980); Michel Foucault, *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977* (Nova York: Pantheon, 1980).
36. Para esse argumento, veja Rubin, "The Traffic in Women", p.199.
37. *Ibid.*, p.189.
38. Bidy Martin, "Feminism, Criticism and Foucault", *New German Critique* (1982) 27:3-30; Kathryn Kish Sklar, *Catharine Beecher: A Study in American Domesticity* (New Haven: Yale University Press, 1973); Mary A. Hill, *Charlotte Perkins Gilman: The Making of a Radical Feminist, 1860-1896* (Philadelphia: Temple University Press, 1980); Jacqueline Dowd Hall, *Revolt Against Chivalry: Jesse Daniel Ames and the Women's Campaign Against Lynching* (Nova York: Columbia University Press, 1974.).
39. Lou Ratté, "Gender Ambivalence in the Indian Nationalist Movement", trabalho inédito, Pembroke Center Seminar, primavera 1983; e Mrinalina Sinha, "Manliness: A Victorian Ideal and the British Imperial Elite in India", trabalho inédito, Department of History, State University of Nova York, Stony Brook, 1984, e Sinha, "The Age of Consent Act: The Ideal of Masculinity and Colonial Ideology in Late 19th Century Bengal", *Proceedings*, Eight International Symposium on Asian studies, 1986, pp.1199-1214.
40. Pierre Bourdieu, *Le Sens Pratique* (Paris: Les Editions de Minuit, 1980), pp.246-47, 333-461, especialmente p. 336.
41. Maurice Godelier, "The Origins of Male Domination", *New Left Review* (1981) 127:17.
42. Gayatri Chakravorty Spivack, "Three Women's Texts and a Critique of Imperialism", *Critical Inquiry* (1985) 12:243-46. Veja também Kate Millett, *Sexual Politics* (Nova York: Avon, 1969). Um exame de como as referências femininas são tratadas em textos importantes da filosofia ocidental pode ser encontrado em Luce Irigaray. *Speculum of the Other Woman*, traduzido por Gillian C. Gill (Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1985).
43. Natalie Zemon Davis, "Women on Top", em seu *Society and Culture in Early Modern France* (Stanford: Stanford University Press, 1975), pp. 124-51.
44. Caroline Walker Bynum, *Jesus as Mother. Studies in the Spirituality of the High Middle Ages* (Berkeley: University of California Press, 1982); Caroline Walker Bynum. "Fast, Feast, and Flesh: The Religious Significance of Food to Medieval Women" *Representations* (1985) 11:1-25; Caroline Walker Bynum, "Introduction", *Religion and Gender: Essays on the Complexity of Symbols* (Boston: Beacon Press, 1987).
45. Veja, por exemplo, T. J. Clark, *The Painting of Modern Life* (Nova York: Knopf, 1985).
46. A diferença entre os/as teóricos/as estruturalistas e os/as pós-estruturalistas, em relação a essa questão, está no grau de abertura ou fechamento das categorias de diferença. Na medida em que os/as pós-estruturalistas não fixam um significado universal para as categorias ou para a relação entre elas, sua abordagem parece levar com mais facilidade ao tipo de análise histórica que estou defendendo.
47. Rachel Weil, "The Crown Has Fallen to the Distaff: gender and Politics in the Age of Catherine de Medici", *Critical Matrix* (Princeton Working Papers in Women's Stud-

- ies) (1985), 1. Veja também Louis Montrose, "Shaping Fantasies: Figurations of Gender and Power in Elizabethan Culture", *Representations* (1993) 1:61-94; e Lynn Hunt, "Hercules and the Radical Image in the French Revolution", *Representations* (1983) 1:95-117.
48. Edmund Burke, *Reflections on the French revolution* (1892; reimp., Nova York, 1909), pp. 208-9, 214. Veja Jean Bodin, *Six Books of the Commonwealth* (1606; reprint ed., Nova York: Barnes and Noble, 1967); Robert Filmer, *Patriarchia and Other Political Works* (Oxford: B. Blackwell, 1949); e John Locke, *Two Treatises of Government* (1690; reimp., Cambridge University Press, 1970). Veja também Elizabeth Fox-Genovese, "Property and Patriarchy in Classical Bourgeois Political Theory", *Radical History Review* (1977) 4:36-59; e Mary Lyndon Shanley, "Marriage Contract and Social Contract in Seventeenth Century English Political Thought", *Western Political Quarterly* (1979) 3:79-91.
49. Sou grata a Bernard Lewis pela referência ao Islã. Michel Foucault, *Histoire de la Sexualité*, Vol. 2, *L'usage des Plaisirs* (Paris: Gallimard, 1984). Sobre as mulheres na Atenas clássica, veja Marilyn Arthur, "'Liberated Woman': The Classical Era," in Renate Bridenthal e Claudia Koonz, eds., *Becoming Visible: Women in European History* (Boston: Houghton Mifflin, 1977), pp.75-78.
50. Citado em Roderick Phillips, "Women and Family Breakdown in Eighteenth Century France: Rouen 1780-1800", *Social History* (1976) 2:217.
51. Sobre a Revolução Francesa, veja Darlene Gay Levy, Harriet Applewhite, e Mary Durham Johnson, eds., *Women in Revolutionary, 1789-1795* (rbana: University of Illinois Press, 1979), pp.209-20; sobre a legislação soviética, veja os documentos em Rudolph Schlesinger, *Changing Attitudes in Soviet Russia: Documents and Reading*, Vol. 1, *The Family in the USSR* (Londres: Routledge and Kegan Paul, 1949), pp. 62-71, 251-54; sobre a política nazista, veja Tim Mason, "Women in Nazi Germany", *History Workshop* (1976) 1:74-113, e Tim Mason, "Women in Germany, 1925-40: Family, Welfare and Work", *History Workshop* (1976) 2:5-32.
52. Elizabeth Wilson, *Women and the Welfare State* (Londres: Tavistock, 1977); Jane Jenson, "Gender and Reproduction"; Jane Lewis, *The Politics of Motherhood: Child and Maternal Welfare in England, 1900-1939* (Londres: Croom Helm, 1980); Mary Lynn McDougall, "Protecting Infants: The French Campaign for Maternity Leaves, 1890s-1913", *French Historical Studies* (1913) 13:79-105.
53. Sobre os utópicos ingleses, veja Barbara Taylor, *Eve and New Jerusalem* (Nova York: Pantheon, 1983).
54. Louis Devance, "Femme, famille, travail et Morale sexuelle dans l'idéologie de 1848", in *Mythes et représentations de la femme au XIXe siècle* (Paris: Champion, 1977); Jacques Rancière e Pierre Vauday, "En allant à l'expo: L'ouvrier, sa femme et les machines", *Les Révoltes Logiques* (1975) 1:5-22.
55. Gayatri Chakravorty Spivak, "Draupadi' by Mahasveta Devi", *Critical Inquiry* (1981) 8:381-401; Homi Bhabha, "Of Mimicry and Man: The Ambivalence of Colonial Discourse", *outubro* (1984) 28:125-33; Karin Hausen, "The German Nation's Obligations to the Widows of World War I", in Margaret R. Higonnet et al., *Behind the Lines: Gender and two World Wars* (New Haven: Yale University Press, 1987), pp. 126-40. Ken Inglis, "The Representation of Gender on Australian War Memorials", *Daedalus* (1987) 116:35-59.

56. Sobre a Revolução Francesa, veja Levy et al., *Women in Revolutionary Paris*. Sobre a Revolução Americana, veja Mary Beth Norton, *Liberty's Daughters: The Revolutionary Experience of American Women* (Boston: Little, Brown, 1980); Linda Kerber, *Women of the Republic* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1980); Joan Hoff-Wilson, "The Illusion of Change: Women and the American Revolution", in Alfred Young, ed., *The American Revolution: Explorations in the History of American Radicalism* (Dekalb: Northern Illinois University Press, 1976), pp. 383-446. Sobre a Terceira República Francesa, veja Steven Hause, *Women's Suffrage and Social Politics in the French Third Republic* (Princeton: Princeton University Press, 1984). Um tratamento extremamente interessante de um caso recente pode ser encontrado em Maxine Molyneux, "Mobilization Without Emancipation? Women's Interests, the State and Revolution in Nicaragua", *Feminist Studies* (1985) II:227-54.
57. Sobre a questão do pró-natalismo, veja Riley, *War in the nursery*, e Jenson, "Gender and Reproduction". Sobre os anos 20, veja os ensaios contidos em *Stratégies des Femmes* (Paris: Editions Tierce, 1984).
58. Para interpretações variadas do impacto do novo trabalho sobre as mulheres, veja Louise A. Tilly e Joan W. Scott, *Women, Work and Family* (Nova York: Holt, Rinehart and Winston, 1978; Methuen, 1987); Thomas Dublin, *Women at Work: The Transformation of Work and Community in Lowell, Massachusetts, 1826-1860* (Nova York: Columbia University Press, 1979); e Edward Shorter, *The Making of the Modern Family* (Nova York: Basic Book, 1975).
59. Veja, por exemplo, Margaret Rossiter, *Women Scientists in America: Struggles and Strategies to 1914* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1982).
60. Luce Irigaray, "Is the Subject of Science Sexed?" *Cultural Critique* (1985) I:73-88.
61. Louis Crompton, *Byron and Greek Love: Homophobia in Nineteenth-Century England* (Berkeley: University of California Press, 1985). Essa questão é tratada em Jeffrey Weeks, *Sex, Politics and Society: The Regulation of Sexuality Since 1800* (Londres: Leyman, 1981).

Publicação em inglês:

SCOTT, Joan. *Gender on the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1988 (p.28-50).

Publicação em francês:

Les Cahiers du Griff. n.37/38. Paris: Editions Tierce, 1988

Tradução de Guacira Lopes Louro, versão em francês. Revisão de Tomaz Tadeu da Silva, de acordo com o original em inglês.

Joan Scott é professora do Institute for Advanced Study in Princeton.